

# Um olhar feminino sobre a repressão

## **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil.**

---

COLLING, Anna Maria.

---

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

---

No momento atual muitos historiadores brasileiros voltam suas pesquisas acadêmicas

para a história recente do país. Nesta história recente, naturalmente, destaca-se a ditadura militar instaurada em 1964 pelas Forças Armadas sob a hegemonia do Exército, com apoio de setores do empresariado nacional, de políticos, principalmente da União Democrática Nacional, UDN (partido político fundado na redemocratização, 1945, e de projeção nacional), da hierarquia da Igreja Católica e em acordo com a embaixada norte-americana. O golpe militar se abateu sobre todos os setores que

defendiam as Reformas de Base preconizadas pelo presidente da República João Goulart: estudantes, trabalhadores, intelectuais e principalmente sobre cristãos de esquerda e comunistas. A ditadura militar vinha bater de frente contra os ventos novos que sopravam na década de 60: a pílula anticoncepcional, o movimento *hippie* e a descoberta e aproximação de parte da intelectualidade da cultura popular ou, melhor dizendo, de um saber construído pelo povo. Havia uma atmosfera de otimismo e coragem na "vontade de mudar" empolgando a juventude brasileira bastante influenciada pelo cinema novo (Glauber Rocha), pelo tropicalismo (Caetano e Gil) pela música de protesto (Vandrê). É exatamente neste processo de luta pelas mudanças que as mulheres marcam sua presença procurando ocupar na esfera do espaço público, na política, um lugar. Estão presentes, portanto, nas Universidades, no movimento estudantil, nos sindicatos e também na luta contra a ditadura.

A repressão que se abateu sobre elas, a forma como foram vistas pela sociedade e pela ditadura militar foram analisadas pela professora Anna Maria Colling, no livro *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, Rio de Janeiro, Record - Editora Rosa dos Tempos, 1997.

O livro, resultado de um trabalho acadêmico - dissertação de mestrado -, reflete um rigor metodológico, utilizando técnicas da história oral (entrevistas) e a análise de conteúdo para interpretar as significações dos discursos construídos a respeito das mulheres militantes e, também, o discurso dessas mulheres.

A autora divide o período da ditadura militar em três fases: a primeira, aquela que se inicia com o golpe em 1964 até a instituição do Ato Institucional nº 5 em 1968; a segunda, aquela em que a repressão e centralização política foram mais evidentes, de 1968 a 1974; e a terceira, que corresponde à abertura política, de 1974 até a revogação do AI5, em 1978. É na segunda fase que se concentra a pesquisa, visto que foi a partir do AI5 que a repressão institucionalizou-se nas Forças Armadas brasileiras e a tortura, sob diversos matizes, passou a ser uma prática rotineira nos quartéis.

A pesquisadora retrata a experiência das mulheres militantes de esquerda - e ser militante tinha um significado maior do que ser apenas ativista política -, que viveram o pioneirismo da busca da liberdade individual no mesmo processo da luta maior pela construção de uma sociedade mais justa. Neste sentido, sofreram o preconceito latente na sociedade brasileira,

que via a condição feminina reservada para a esfera do privado, portanto, da família. Mas sofreram, também, formalismos de parte das organizações de esquerda. A presença das mulheres na clandestinidade provocava, muitas vezes, um sentimento ambíguo nos companheiros militantes, formados nessa sociedade que sempre teve muito bem definida e delimitada a posição dos gêneros. Por outro lado, como observa a autora, as mulheres ao assumirem a condição de militante das organizações de esquerda, tidas estas como espaço masculino, negavam a sua condição de mulher. E tinham um certo preconceito em relação às mulheres comuns, isto é, não militantes, consideradas alienadas, que utilizavam a feminilidade para exercer a sedução sobre os homens. Suas rivais, portanto.

Uma das questões mais interessantes desenvolvidas nesse livro é aquela que trata da preocupação das mulheres presas com relação ao seu corpo, ou seja: como o poder seria exercido sobre os seus corpos pela repressão? As mulheres, de um modo geral, socialmente e culturalmente, aprenderam a cercar o corpo com um conjunto de cuidados que vão desde o pudor moral ao vesti-lo até ao tratamento a ele dispensado para mantê-lo saudável. Esse sentimento de decência comum nas mulheres era violentamente tratado pela repressão. Na prisão durante a ditadura, as mulheres eram despidas de suas roupas, de olhos vendados, enquanto esperavam o interrogatório e às vezes durante este. Nessas ocasiões eram chamadas de "puta e comunista". Então, as presas ficavam expostas em sua nudez à mercê de seus algozes, como testemunhava uma delas: "Tu ficas completamente vulnerável, tu não sabes o que vai acontecer lá dentro, tu estás nas mãos deles" (p. 80). A autora evoca Foucault ao afirmar que "o corpo está mergulhado no campo político e as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, na medida em que o atacam, marcam-no, sujeitam-no". Sabe-se que esses métodos de deixar os presos despidos e de olhos vendados, essa dominação sobre o corpo, essa tentativa de humilhar o outro, procurando torná-lo absolutamente indefeso, foram utilizados, também, sobre os homens. Mas, estes não tinham sobre essa questão os mesmos sentimentos que as mulheres. Enfim, homens e mulheres, segundo a autora, esqueciam que "a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças" (p. 118).

O livro contribui, seguramente, para a História das mulheres, não somente pelo que esclai-

rece, mas, principalmente, pelas questões sugeridas a novas discussões. Vale destacar: "É preciso que as mulheres tornem-se cidadãs. E isso pressupõe que a igualdade seja aceita como expressão da liberdade das mulheres enquanto

mulheres, e não na sua capacidade de serem iguais aos homens" (p. 118).

MARIA CONCEIÇÃO PINTO DE GÓES ■